

Por uma Visão Performativa da Pragmática: Significado e Ação

In Defense of a Performative View of Pragmatics: Meaning and Action

*I wrote what I saw. I took no action – even an opinion is a kind
of action.*

Fowler em Graham Greene, *The Quiet American* (1955)

Danilo Marcondes

Departamento de Filosofia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

danilo@puc-rio.br

Resumo: O objetivo é discutir a noção de performativo introduzida pela Teoria dos Atos de Fala como central para a formulação de uma concepção pragmática de linguagem, uma vez que enfatiza sobretudo a interpretação da linguagem como ação. Essa posição será contrastada com o contextualismo, procurando mostrar que permite ir além deste na análise do uso da linguagem como realização de atos de fala em contextos específicos, de acordo com determinadas condições e produzindo determinados efeitos e conseqüências. O conceito de performativo permite captar, precisamente, tanto as condições de possibilidade de realização dos atos quanto seus efeitos e conseqüências.

Palavras-chave: Pragmática. Performativo. Ato de fala. Contextualismo.

Abstract: *I propose to discuss the notion of performative introduced by the Speech Act Theory as fundamental for expressing a pragmatic concept of language, since it essentially emphasizes the interpretation of language as action. I shall contrast this view with contextualism, endeavoring to show that it allows going beyond it in the analysis of the use of language as speech acts within specific contexts, under particular conditions and producing particular effects and consequences. The concept of performative grasps precisely both the circumstances of performing such acts and their effects and consequences.*

Keywords: *Pragmatics. Performative. Speech act. Contextualism.*

1. Introdução: Sintaxe, semântica, pragmática

A concepção de pragmática encontrada na filosofia da linguagem contemporânea origina-se basicamente da divisão do estudo da linguagem ou dos signos em geral, a *Semiótica*, em *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*, formulada pelo filósofo Charles William Morris (1901-1979), da Universidade de Chicago, em seu texto *Foundations of a Theory of Signs*. Este texto serve de introdução à edição de 1938, feita em Chicago, da *International Encyclopedia of Unified Science*, da qual Morris foi um dos organizadores juntamente com os membros do Círculo de Viena, Otto Neurath e Rudolf Carnap (1891-1970). Este amplo e ambicioso projeto, pretendendo estabelecer os fundamentos epistemológicos e metodológicos de uma ciência unificada na perspectiva do positivismo lógico, fora iniciado anos antes, ainda na Europa, por Neurath. Morris esteve em Viena no início dos anos 30, quando se interessou pelas teorias da ciência e da linguagem desses autores, as quais aproximou das do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914). O filósofo alemão Rudolf Carnap foi para os Estados Unidos após a ascensão do nazismo, vindo a lecionar na universidade de

Chicago entre 1936 e 1952, onde trabalhou com Morris. Posteriormente Carnap retomou e desenvolveu em suas obras a distinção entre sintaxe, semântica e pragmática como áreas de estudo da linguagem.

Morris foi fortemente influenciado, quando estudante na universidade de Chicago, por George Herbert Mead (1863-1931), um dos pioneiros nos Estados Unidos do estudo da linguagem em uma perspectiva sociológica¹. Foi também influenciado por Peirce, um dos iniciadores da pragmática, uma vez que em sua discussão sobre a natureza e a função dos signos, destaca a importância do uso, enfatizando o papel do interpretante na relação entre o signo e aquilo que este designa. Não devemos, contudo, confundir o *pragmatismo* de Peirce, uma concepção filosófica mais ampla que estabelece como critério de validade de proposições científicas, suas conseqüências e resultados, com a *pragmática* enquanto dimensão do estudo da linguagem e do processo de significação.

De acordo com a definição tradicional encontrada em Morris e em Carnap, a sintaxe examina as relações entre os signos, a semântica estuda a relação dos signos com os objetos a que se referem, e a pragmática diz respeito à relação dos signos com seus usuários e como estes os interpretam e os empregam. Essa distinção e a definição de cada uma dessas áreas tiveram uma grande influência nos estudos sobre a linguagem no pensamento contemporâneo, não só na filosofia, mas também na lingüística e na teoria da comunicação.

Segundo Morris, “A sintaxe é o estudo das relações formais dos signos uns com os outros, a semântica é o estudo das relações dos signos com os objetos a que se aplicam (*designata*), e a pragmática o estudo da relação dos signos com seus intérpretes.” (MORRIS, 1938, *apud* LEVINSON, 1983, p. 15).

Encontramos em Carnap, a seguinte definição, que pode ser contrastada com a de Morris acima:

Se em uma investigação referência explícita é feita ao falante, ou em uma formulação mais geral, ao usuário da linguagem, então atribuímos esta investigação ao campo da pragmática [...] Se abstraímos do usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e aquilo que designam, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também daquilo que é designado e analisamos apenas as relações entre as expressões, temos a sintaxe lógica. (CARNAP, 1938, *apud* LEVINSON, 1983, p. 17).

É relevante que neste texto o filósofo inicie sua definição dos três campos pela pragmática, explicando tanto a semântica, quanto a sintaxe como abstrações a partir dela².

Tomaremos a distinção tradicional na filosofia da linguagem entre sintaxe, semântica e pragmática como ponto de partida para a defesa de uma concepção pragmática de linguagem. Começaremos por considerar as definições tradicionais de sintaxe, semântica e pragmática, as diferentes possibilidades de se conceber a relação entre essas três áreas ou três dimensões do estudo da linguagem, e o problema da fronteira ou demarcação entre elas, para chegar então à defesa de uma filosofia pragmática da linguagem.

Há basicamente três modos de se entender a relação entre sintaxe, semântica e pragmática.

O primeiro considera sintaxe, semântica e pragmática como dimensões autônomas e complementares do estudo da linguagem, correspondendo a aspectos da própria natureza e do funcionamento da linguagem. Podemos entender a sintaxe como tendo um nível maior de generalidade, porque diz respeito à estrutura da linguagem, sem a qual não poderia haver

¹ Mead, que trabalhou com sociologia e psicologia social, enfatiza principalmente a influência da cultura e da vida social na estruturação da subjetividade. Ver a este respeito seu clássico “The Problem of Society: how we become selves” (BLOUNT, 1974).

² O termo “pragmática” é com freqüência usado de modo ambíguo, ora como um campo de estudo da linguagem, ora como característica da linguagem, como p.ex., em “A interjeição ‘Ei!’ tem uma natureza pragmática”.

significado, já que os signos supõem uma determinada ordem ou relação para significarem; a semântica pressupõe assim a sintaxe. E a pragmática supõe a sintaxe e a semântica, uma vez que apenas signos pertencentes a uma certa estrutura e dotados de significado podem ser usados por falantes na comunicação. Apesar disso, o estudo de cada um desses campos pode ser realizado autonomamente, e a pragmática é considerada como tendo regras e princípios específicos, não sendo apenas dependente dos demais níveis. Cada um dos três níveis teria assim suas regras ou princípios próprios, irreduzíveis aos outros, embora podendo estar relacionados hierarquicamente, segundo os respectivos graus de generalidade.

De acordo com a segunda posição, a pragmática, por ser o domínio do uso concreto da linguagem e pela diversidade e pluralidade que envolve, não pode ser um campo autônomo de estudo da linguagem, mas supõe necessariamente uma redução, ou abstração, em direção à semântica, para a determinação do significado dos signos utilizados, e ainda da semântica para a sintaxe, de modo a estabelecer as regras de combinação correta dos signos. A pragmática não seria assim um campo autônomo, mas suporia sempre a redução para a semântica e a sintaxe, cada uma das quais correspondendo às dimensões mais gerais e abstratas da linguagem, que tornam possível a mais concreta e particular. Podemos atribuir à Carnap (1938), como o texto citado acima revela, a origem desta concepção.

A terceira posição considera a pragmática como a realidade mesma da linguagem. O que existe é a linguagem em uso, a linguagem enquanto fenômeno, com toda a sua diversidade e pluralidade. Tanto a semântica, quanto a sintaxe são abstrações, construções teóricas, em que os signos são retirados de seu uso concreto, buscando-se examiná-los em graus sucessivos de abstração, mas que não correspondem à realidade da linguagem, resultando apenas desse processo de abstração. Trata-se de construtos obtidos a partir de modelos teóricos. Essa concepção corresponde às vertentes na filosofia da linguagem contemporânea que denominaremos “pragmáticas”, como a de Wittgenstein e a de Austin.

2. O “problema de Carnap”

Segundo a concepção de Carnap, a linguagem tal como utilizada concretamente, enquanto comunicação, não poderia ser objeto de uma análise teórica³. Embora exista sempre empiricamente, sendo usada em contextos particulares e para fins específicos, a linguagem só poderia ser analisada em um sentido filosófico ou científico através de sucessivos níveis de abstração, da pragmática para a semântica e da semântica para a sintaxe, ou seja, do nível do uso concreto pelos falantes da língua para o nível da relação dos signos com o que significam e deste, por sua vez, para o da relação dos signos entre si. De acordo com Carnap, o uso da linguagem em situações concretas é por demais diversificado, complexo e sujeito a variações, o que o impediria de ser objeto de uma análise científica ou filosófica. Nada de cientificamente relevante poderia ser concluído com base na análise de casos particulares. A concepção de ciência que remonta à *Metafísica* e aos *Segundos Analíticos* de Aristóteles se define como conhecimento de universais, donde a busca da abstração e da generalidade. É nisso que consiste o que denominamos aqui de *problema de Carnap*: ou seja, é possível analisar a linguagem de um ponto de vista pragmático? Para Carnap, a resposta seria negativa. Em seu clássico *The Logical Syntax of Language* (1937), restringe sua análise a linguagens em que não há dependência contextual, ou melhor, na terminologia que utiliza, “inter-textual”. Isso significa que elementos não-lingüísticos, ou seja, fatores como tempo, lugar e atitudes dos falantes, não precisam ser considerados nesse tipo de análise.

³ Posteriormente Carnap admite a possibilidade de uma “pragmática pura”, mas não chega a formular nenhuma proposta nesta direção. A propósito da discussão sobre a pragmática em Carnap e de sua relação com a semântica e a sintaxe, ver Levinson, 1983 (cap. 1.2 “Defining pragmatics”).

Segundo essa concepção, uma análise da linguagem em um sentido mais sistemático e teórico se dá apenas na passagem para os planos da semântica e da sintaxe. Contudo, há algumas tentativas na filosofia da linguagem contemporânea de dar uma resposta positiva ao problema de Carnap. Pretendo defender, portanto, não só uma concepção pragmática de linguagem, mas também propor que se possa realizar uma análise filosófica da linguagem em um sentido pragmático. Isto é, as duas concepções devem ser complementares. É porque a linguagem é um fenômeno pragmático que sua análise filosófica deve ser realizada através de um método pragmático. Porém, no que precisamente consiste este método de análise pragmática é o que devemos ainda explicitar.

A pragmática pode ser compreendida como considerando o significado como determinado pelo uso, mesmo que originariamente os autores que formularam essas concepções não tenham utilizado o termo “pragmática”. Essas concepções acrescentam à consideração do contexto a idéia de que a linguagem é uma forma de *ação* e não de descrição do real, este o conceito central da pragmática. É esta segunda alternativa que representa efetivamente uma filosofia pragmática da linguagem.

A noção de *performativo* assume como característica central da pragmática a concepção da linguagem como forma de ação ou de realização de atos. De acordo com essa concepção, “dizer é fazer”; portanto, a determinação do significado só pode ser feita a partir da consideração do ato que está sendo realizado quando essas expressões são proferidas e das regras que tornam possível a realização desses atos.

A concepção performativa, por sua vez, pode ser dividida em duas tendências. A primeira, representada pelo Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*⁴, adota uma *concepção assistemática* de tratamento da linguagem e da questão do significado. Não é possível sistematizar essa análise porque isso levaria à perda do que é mais característico da linguagem: sua diversidade, sua multiplicidade. De certa forma, Wittgenstein concorda com Carnap neste sentido: não é possível tratar o que é totalmente heterogêneo de modo teórico e sistemático; porém, não vê isso como um problema, mas exatamente como o que deve ser levado em conta quando se analisa a linguagem de um ponto de vista filosófico. Ou seja, se não é possível sistematizar a análise da linguagem, isso não vem a ser necessariamente uma dificuldade ou limitação, já que não é preciso para fins da elucidação filosófica.

Contudo, foi Austin que introduziu propriamente a *concepção performativa* de linguagem. Sua proposta de sistematização consiste em manter que a linguagem em uso pode ser tratada de modo sistemático desde que sejam adotadas as categorias adequadas para isso, ou seja, desde que a linguagem seja tratada como uma forma de ação e não apenas de representação do real ou de descrição de fatos no mundo. Veremos assim, como para Austin a sistematização não só é possível como é necessária para o tratamento dos elementos implícitos e indiretos na realização dos atos de fala, ou seja, para a reconstrução da força com que o ato está sendo realizado.

3. Austin e os atos de fala⁵

Fica claro desde o início que o objetivo primordial de Austin em *How to do Things with Words* (1962) não consistia na apresentação de uma concepção teórica sobre a natureza e a função da linguagem. Não pretendia descrever a natureza da linguagem, mas ao contrário, propor um método de análise de problemas filosóficos por meio do exame do uso da linguagem entendido como forma de ação, isto é como modo de se realizar atos por meio de palavras. Na última conferência (12^a), Austin afirma que: “o ato de fala total na situação de

⁴ Isto corresponde ao pensamento de Wittgenstein a partir da década de 1930. As *Investigações* começaram a ser redigidas nos anos 1940, permanecendo inacabadas e sendo publicadas postumamente em 1952.

⁵ Esta apresentação da teoria dos atos de fala sintetiza as discussões encontradas em Marcondes (2000 e 2005).

fala total é o único fenômeno real que, em última análise, pretendemos elucidar” (1990, p.147). Isso revela que para ele a tarefa da filosofia da linguagem consistia na elucidação das diferentes formas de uso da linguagem, sendo que esta é uma das características da teoria que se perde em grande parte em seus desenvolvimentos posteriores. Nas observações finais da 12ª Conferência Austin também enfatiza a necessidade de aplicar a teoria a problemas filosóficos.

Porém, apesar de inicialmente formulada por Austin como um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem, a Teoria dos Atos de Fala se desenvolveu em duas direções que se afastaram em grande parte do objetivo primordial de seu criador. Por um lado, dando origem a uma análise formal da linguagem e, por outro, tendo grande influência na lingüística, sobretudo aplicada, sendo também amplamente adotada pelas ciências humanas e sociais. Conceitos como *performativo* e *força ilocucionária* tornaram-se correntes em áreas como lingüística, psicologia, ciências sociais e teoria da comunicação.

A concepção básica de Austin consiste em manter que os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem natural são atos de fala tendo condições de sucesso e de felicidade para sua realização, e não proposições possuindo condições de verdade tal como mantido pelas teorias do significado da vertente lógica da filosofia da linguagem do início do século XX, representada, por exemplo, por Frege, Russell e pelo Wittgenstein do *Tractatus*.

O ponto de partida de Austin (1962, 1ª Conferência) é a hoje famosa distinção entre *constatativos* e *performativos*, isto é entre o uso de sentenças para descrever fatos e eventos e sentenças que são usadas para realizar (*to perform*) algo e não para descrever ou relatar. Um exemplo de constatativo típico é “Maria está brincando na praça” e de performativo, “Prometo que lhe pagarei amanhã”. Enquanto constatativos podem ser verdadeiros ou falsos em relação aos fatos que descrevem, um performativo não é realmente nem verdadeiro nem falso, uma vez que não descreve um fato, mas deve ser considerado como bem ou mal sucedido, *feliz ou infeliz* diz Austin, dependendo das circunstâncias e conseqüências da realização do ato. Austin logo percebeu que esta dicotomia era inadequada uma vez que o constatativo tem também uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos e que pode ser bem ou mal sucedido; assim como os performativos têm uma dimensão constatativa, já que mantém uma relação com um fato; tomando-se o exemplo acima, o fato de eu lhe ter ou não pago no dia seguinte. Propõe, portanto, que sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem. Como o personagem do jornalista Fowler no *Quiet American* de Graham Greene (citado na epígrafe) percebe, é quase impossível ao usar a linguagem não realizar um ato.

O *ato de fala* é tomado como a unidade básica de significação e sendo, por sua vez, constituído por três dimensões integradas ou articuladas: respectivamente, os atos *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*. O ato locucionário consiste na dimensão lingüística propriamente dita, isto é, nas palavras e sentenças empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotadas de sentido e referência. O ato ilocucionário, que é o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária. A força consiste no performativo propriamente dito, constituindo o tipo de ato realizado. Quando digo, “Prometo que lhe pagarei amanhã”, meu proferimento do verbo “prometer” constitui o próprio ato de prometer; não se trata de uma descrição de minhas intenções ou de meu estado mental. Ao proferir a sentença eu realizo a promessa. A força do meu ato é a da promessa. Portanto, “prometer” é um verbo performativo, e os verbos performativos geralmente descrevem as forças ilocucionárias dos atos realizados. É claro que eu posso fazer uma promessa sem usar explicitamente o verbo “prometer”, dizendo por exemplo, “Eu lhe pagarei amanhã” e isso contaria como uma promessa dadas as circunstâncias adequadas. Por outro lado, poderia contar também como uma ameaça em circunstâncias diferentes. Isso revela que atos ilocucionários podem ser realizados com verbos performativos implícitos e, ainda assim,

ter a força que pretendem ter. Por isso, pode-se dizer que a realização de um ato de fala com uma determinada força vai além de seus elementos lingüísticos propriamente ditos, ou seja, das palavras proferidas. E, na linguagem ordinária, este é um fenômeno bastante comum. Um dos objetivos principais da análise dos atos de fala consiste precisamente em tornar explícita a força do ato realizado.

O ato perlocucionário, que tem recebido menos atenção dos especialistas, foi definido por Austin (1962, p. 101) como caracterizando-se pelas “conseqüências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas conseqüências”. Contudo, a análise dos efeitos e conseqüências é uma das características centrais da pragmática.

Austin caracteriza em seguida as condições pressupostas para a realização desses atos, que consistem em uma combinação de intenções do falante e convenções sociais com diferentes graus de formalidade. A satisfação dessas condições é o critério do sucesso ou fracasso da tentativa de realização do ato. As intenções são consideradas como psicológicas e, portanto, subjetivas, embora em última análise se originem de práticas sociais e dependam destas para sua realização.

As convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo, no caso de um tribunal, ou informais no caso de um grupo de amigos discutindo o resultado da final do campeonato de futebol. Mas em ambos os casos as convenções estão presentes e os falantes estão seguindo regras, normas e procedimentos habituais, com variados graus de formalidade, porém constitutivos de suas formas de conduta, enquanto elementos básicos do contexto de realização dos atos. Com frequência, especialmente em circunstâncias informais, essas regras são implícitas mas estão sendo aplicadas, e isso se torna evidente quando são violadas. A *doutrina das infelicidades* proposta por Austin (1962, 2ª Conferência) é precisamente uma maneira de lidar com esse aspecto dos atos de fala. Uma vez que o mapeamento ou a explicitação completa das regras pode ser uma tarefa inexecutável, a análise dos motivos pelos quais alguns atos falham, ou são infelizes, é reveladora das regras que foram rompidas nesses casos e, portanto, pode ser uma boa forma de torná-las evidentes.

Na última conferência (12ª) de *How to do Things with Words* temos a seguinte classificação das forças ilocucionárias dos proferimentos em cinco tipos gerais: 1) *veredictivo*; 2) *exercitivos*; 3) *compromissivos* ou *comissivos*; 4) *comportamentais*; e 5) *expositivos*. Esta classificação é proposta como provisória, e Austin procura tornar a definição de cada classe mais clara por meio de exemplos. Seu objetivo com isso parece ser a identificação do tipo de ato realizado, uma vez que nem sempre um performativo explícito é empregado e a análise dependeria assim da identificação do ato para a reconstrução das regras que tornam possível a sua realização. Isso revela que, já na formulação inicial de Austin, a preocupação com um método de explicitação de elementos implícitos é um dos objetivos centrais da teoria e uma das principais características de sua visão pragmática.

4. Desdobramentos da Teoria dos Atos de Fala

Austin deixou a teoria apenas esboçada, ou formulada como um programa, segundo suas próprias palavras. Contudo, a necessidade de desenvolvê-la foi logo sentida, sobretudo quando se percebeu sua importância como possibilidade de tratar de forma sistemática os aspectos pragmáticos da linguagem, conforme foi dito acima.

Há algumas aparentes limitações da teoria que têm sido bastante discutidas. Temos em primeiro lugar a crítica de que falta à teoria uma visão dialógica, uma vez que a noção de ato de fala é excessivamente centrada no falante individual, o que pode levar à não consideração do contexto de uso, do *jogo de linguagem*, para usarmos a terminologia de Wittgenstein (*Investigações Filosóficas*, §7). Contudo, já em suas versões iniciais, as definições do ato de fala indicam a necessidade de consideração dos aspectos interacionais de sua realização, como

por exemplo, a natureza contratual desses atos, enfatizada (AUSTIN, 1962, p. 10) quando se mostra que proferir um ato de fala nas circunstâncias adequadas equivale a assumir um compromisso com o ouvinte: “Minha palavra é meu compromisso” [*My word is my bond*]. É assim perfeitamente possível desenvolver a Teoria dos Atos de Fala precisamente desta forma, e isso tem sido feito recentemente por autores como Vanderveken (1999) e Jacques (1979; 1985). Mesmo anteriormente, a adoção da teoria de H.P. Grice sobre o significado do falante para complementar a Teoria dos Atos de Fala indica claramente este tipo de preocupação uma vez que a teoria de Grice leva em conta centralmente o ouvinte e o diálogo realizado, ao propor recursos para a interpretação pelo ouvinte dos objetivos do falante ao fazer seu proferimento.

Quando Austin fez sua proposta provisória de classificação de forças ilocucionárias (1962, p. 149, ver acima) parece claro que esta tipologia deveria servir para a identificação da força ilocucionária do proferimento nos casos em que o performativo não é explícito, bem como nos casos em que o verbo performativo e a força ilocucionária não coincidem exatamente, isto é, quando o performativo não descreve adequadamente a força ilocucionária do ato. Por exemplo, “Declaro aberta a sessão” é o proferimento de um performativo explícito, “declarar” no sentido institucional, em que o ato realizado tem a força ilocucionária da declaração e a sessão encontra-se aberta a partir deste proferimento. Contudo, quando o presidente da sessão profere “Está aberta a sessão”, mesmo sem utilizar o verbo “declarar”, o performativo foi realizado. E isso é diferente do proferimento de alguém da audiência que comenta com o vizinho, “Está aberta a sessão”, chamando a atenção dele para o ocorrido. No primeiro caso, do presidente da sessão, trata-se de um exercitativo. No outro caso, temos apenas um expositivo. A análise dessas diferenças depende não só de uma consideração da sentença proferida e do significado dos termos e expressões utilizados, mas da identificação de elementos contextuais como o papel do falante no contexto, a existência de normas e procedimentos e de instituições que estabelecem essas normas e procedimentos, além das intenções ou objetivos dos falantes e ouvintes. Intenções e elementos subjetivos só podem ser identificados, por sua vez, com base no que é proferido explicitamente e no que é indicado ainda que indiretamente por meio do contexto. Esses elementos contextuais muitas vezes permanecem implícitos ou são apenas pressupostos.

Como vimos acima, um dos principais objetivos desta linha de análise dos atos de fala consiste em determinar as condições, ou melhor dizendo, as pressuposições da realização do ato de fala. A análise dessas pressuposições desenvolve-se em direção a uma tentativa de se estabelecer as condições formais (esta expressão é de Vanderveken, 1990), que devem ser satisfeitas para a realização bem sucedida do ato de fala. O próprio Searle (1985) refere-se aos elementos sintáticos destes atos. São aspectos como estes que parecem apontar para a direção oposta a de uma análise *pragmática* do uso da linguagem. É característico desta tendência, por exemplo, que Vanderveken (1990) se refira aos *fundamentos semânticos* dos atos de fala. É preciso, contudo, considerar a necessidade de um desenvolvimento *pragmático* da teoria, complementando essas análises tanto formal quanto semântica, levando em conta adicionalmente os elementos que explicam os efeitos e conseqüências dos atos de fala, assim como os critérios de sucesso desses atos, o que então caracterizaria como uma análise genuinamente pragmática. Se uma análise de pressuposições aponta para aspectos formais e semânticos, uma análise de efeitos e conseqüências aponta para aspectos pragmáticos. Portanto, depende muito mais da consideração de elementos contextuais, de aspectos perlocucionários, da comparação entre objetivo declarado e realização efetiva, do que da consideração de aspectos estritamente lingüísticos, o que parece ser o caso em análises formais e semânticas.

É necessário, portanto, ter como objeto de análise a linguagem tal como efetivamente utilizada. Tem sido freqüentemente apontado por críticos que a Teoria dos Atos de Fala, em

conflito com sua própria concepção da linguagem em uso e da análise da linguagem como forma de ação, tem se concentrado em alguns desenvolvimentos recentes em casos que estão muito distantes do uso concreto e dos fenômenos lingüísticos reais. O uso efetivo da linguagem na vida cotidiana é muito menos estruturado, muito mais fragmentado do que se observa nos casos e exemplos por vezes considerados pela teoria. Este uso é muito mais indireto, oblíquo e fragmentado do que a teoria tem reconhecido. Isso equivale a dizer que em larga escala a Teoria dos Atos de Fala estaria formulando uma *concepção idealizada* de linguagem. No uso concreto, elementos implícitos têm um papel muito maior do que se admite. Além disso, esta teoria, enquanto propondo um método de análise da linguagem parece restringir-se a características manifestas dos atos de fala, parece ater-se à descrição dessas características. Seria então necessário ter à disposição ferramentas para uma análise mais profunda que leve em conta elementos implícitos, incluindo o caráter indireto de certos atos e de certos modos de influenciar a ação do interlocutor, a manipulação, o preconceito e outras características oblíquas e não declaradas, que apesar disso são determinantes da força ilocucionária desses atos, assim como de seus efeitos e conseqüências.

Mas, como é possível nesses casos que aquilo que não se encontra explicitamente formulado ou que não é diretamente proferido possa ser constitutivo da força dos atos de fala realizados? Como pode nossa análise dos atos de fala dar conta desses elementos implícitos que, não obstante, reconhecemos não só que estão presentes, mas que são determinantes da ação realizada e de seus efeitos e conseqüências?

Essa questão aponta para a necessidade de formulação de um método de análise que possa tornar explícitos esses elementos implícitos da ação lingüística. Teríamos com isso a proposta de uma concepção pragmática de um método crítico ou reconstrutivo.

A noção de *atos de fala indiretos* (SEARLE, 1979) pode nos oferecer elementos para isso, ao mostrar que os atos de fala são na maior parte indiretos ou implícitos, e isso ocorre simplesmente porque não é necessário que sejam explícitos. O exemplo dado é o de um colega que diz para o outro, “Há um bom filme no cinema da esquina”, ao que o outro responde, “Tenho prova de matemática amanhã”. É óbvio que no caso do primeiro proferimento (explicitamente um constativo, ou declarativo, segundo a classificação posterior) temos implicitamente um convite, que é como o colega efetivamente interpreta este ato, respondendo por sua vez também por meio de um constativo, ou declarativo explícito, de modo a recusar o convite. Contudo, os performativos explícitos, “Eu o convido...” e “Eu recuso o seu convite...” em nenhum momento foram proferidos, e na verdade isso sequer precisaria ocorrer. Como então podem ser entendidos como possuindo a força ilocucionária respectivamente do convite e da recusa? Funcionam basicamente através de elementos contextuais e de pressupostos compartilhados por falante e ouvinte enquanto participantes do mesmo jogo de linguagem e desse modo familiarizados com as crenças, hábitos e práticas um do outro. Uma análise de casos deste tipo deve portanto necessariamente levar em conta o caráter dialógico da troca lingüística realizada, assim como os elementos contextuais compartilhados o que vai além daquilo que é proferido explicitamente, isto é, além dos elementos estritamente lingüísticos. Um dos principais desafios da Teoria dos Atos de Fala, ao analisar o *ato de fala total* numa perspectiva pragmática, como propõe Austin, consiste precisamente em como delimitar as fronteiras deste ato de fala total, demarcar o que deve ser incluído no contexto e dentre os pressupostos compartilhados. O ato *total* pode se projetar no futuro, se considerarmos seus efeitos e conseqüências, assim como pode depender de fatores do passado remoto, se levarmos em conta seus pressupostos. A solução para se evitar esse caráter indeterminado do ato de fala total consiste em reconhecer que toda análise é provisória e que, no fundo, a delimitação do(s) ato(s) depende muito das questões que servem de ponto de partida para a análise e do escopo desta análise do que da possibilidade de delimitação

precisa do ato. Nenhuma análise pode jamais pretender esgotar o ato em toda a sua complexidade e o alcance da análise depende do enfoque adotado.

Há, contudo, uma dificuldade adicional a ser considerada. O exemplo dado por Searle consiste em um caso em que os atos foram realizados de forma indireta, mas que podem, se necessário, ser explicitados, ou seja, podem se realizar de forma direta. Caso não haja entendimento, um colega pode sempre pedir ao outro que seja mais explícito, e o outro provavelmente não terá maiores dificuldades em fazê-lo. Porém, há muitos atos de fala indiretos que são realizados de modo indireto porque, por diversas razões, *devem* permanecer indiretos, porque não podem ter sua força ilocucionária explicitada, caso contrário fracassariam ou seriam mal sucedidos. A ironia e a insinuação são exemplos disso, assim como a barganha. Como tornar explícitos estes atos que resistem à explicitação é um dos principais desafios que o método deve enfrentar. Podemos dar algumas indicações de como isso pode ser feito, recorrendo mais uma vez à teoria das *implicaturas conversacionais* de H.P. Grice (1990), que fornece elementos sobre como analisar os pressupostos compartilhados por falante e ouvinte. Mais do que uma forma de tratamento da questão sobre a relação entre intenções e convenções, como inicialmente se considerou, a teoria de Grice permite com que se desenvolva um método de análise que reconstrua os elementos implícitos na realização dos atos de fala, sobretudo dos atos indiretos. As máximas conversacionais de Grice (1990) permitem uma análise das expectativas do falante e do ouvinte em sua interação mostrando como o entendimento mútuo pode resultar deste tipo de troca linguística.

5. Para concluir

Proponho assim que a Teoria dos Atos de Fala, levando em conta as questões examinadas acima, seja tomada como paradigma de uma análise genuinamente pragmática da linguagem que deveria ter as seguintes características:

1) A noção de ação deve prevalecer sobre a de contexto, sendo que a principal razão disto é que o ato de fala pode modificar os contextos, como ocorre, por exemplo, com diretivos e exercitivos, o que Wittgenstein já mostra em seus jogos de linguagem.

2) A metodologia de análise deve levar em conta o caráter fragmentário, indireto, implícito e variável da linguagem, desenvolvendo, contudo, uma visão mais sistemática do que a wittgensteiniana, que permita explicitar os elementos implícitos quando a análise o requer e identificar as forças ilocucionárias dos atos indiretos. Para isso, a classificação de forças ilocucionárias e seus critérios devem ser considerados em um sentido pragmático, na medida em que possam ser entendidas não como descrevendo a natureza ou a essência da linguagem, mas apenas como um instrumento para analisar seu funcionamento.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, John L. *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962. (Trad. para o português: *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.)

_____. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

BLOUNT, Ben (org.). *Language, Culture and Society*. Cambridge, Mass.: Winthrop, 1974.

CARNAP, Rudolf. *The Logical Syntax of Language*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1937.

CARNAP, Rudolf. *Foundations of Logic and Mathematics*. International Encyclopedia of Unified Science. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.

GRICE, Henry Paul. *Studies in the Way of Words*. Boston: Harvard University Press, 1990.

JACQUES, Francis. *Dialogiques*. Paris: PUF, 1979.

_____. *L'Espace Logique de l'Interlocution*. Paris: PUF, 1985.

LEVINSON, Steven. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Desenvolvimentos Recentes na Teoria dos Atos de Fala. *O Que nos Faz Pensar*, revista do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, n.17, 2003.

_____. *A Pragmática na Filosofia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MORRIS, Charles. *Foundation of the Theory of Signs*. Chicago: The University of Chicago Press, 1938

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

SEARLE, John R. *Speech Acts*, Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, John R. e VANDERVEKEN, Daniel. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

VANDERVEKEN, Daniel. *Meaning and Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas, em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

Endereço / Address

Danilo Marcondes de Souza Filho
Rua Prudente de Moraes 539/301
22430-041
Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Data de envio: 4-6-2010

Data de aprovação: 15-9-2010